

Acordo reduz dívida com bancos

ELA PASSA DE US\$ 44 BILHÕES PARA US\$ 28,6 BILHÕES, COM TAXAS DE JUROS MAIS BAIXAS. E MARCÍLIO COMEMORA.

O Brasil conquistou uma redução de US\$ 15,4 bilhões em sua dívida externa com os bancos credores privados internacionais, anunciou ontem o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. A partir da assinatura do acordo, previsto somente para o início do próximo ano, a dívida com os bancos privados passa de US\$ 44 bilhões para US\$ 28,6 bilhões, que serão pagos no prazo de 30 anos e a taxas de juros a níveis mais baixos nos primeiros sete anos. "Podemos dizer que a nossa dívida passou a ser algo inteiramente administrável", comemorou o ministro em entrevista no palácio do Planalto.

O fechamento do acordo, realizado na madrugada de ontem, foi comemorado pela equipe econômica. Marcílio chegou a prever dias melhores para o País, com a possibilidade de redução das taxas de juros e até mesmo de um ingresso recorde de novos investimentos. As suas previsões são de que este ano, apesar das medidas restritivas ao ingresso de capital externo, deverão entrar cerca de US\$ 20 bilhões, contra os US\$ 11 bilhões do ano passado ou os US\$ 5,7 bilhões que ingressaram em 1990. O ministro aproveitou o anúncio do fechamento do acordo para transmitir tranquilidade aos agentes econômicos: "O acordo afasta definitivamente o risco de uma crise cambial e da hiperinflação, porque as reservas estão em um nível sem precedentes".

O negociador oficial brasileiro, Pedro Malan, comunicou o fechamento do acordo a Marcílio por



Pedro Malan: boa notícia.

volta das 6 horas da manhã de ontem. Ainda em São Paulo, às 7h30, o ministro transmitiu a "boa notícia" ao presidente Fernando Collor. Os termos do acordo, no entanto, somente serão transformados em um contrato (o chamado *term sheet*) no prazo de 30 a 45 dias, segundo o ministro. Esta é a primeira vez que o Brasil encerra as negociações antes da redação do contrato.

"Trata-se de um procedimento que todos os países estão recorrendo para garantir agilidade às negociações", ponderou Marcílio. A conclusão das negociações não significa que o acordo já está efetivado, o que somente acontecerá no início do próximo ano. Até lá, o governo se empenhará para que os bancos responsáveis por cerca de 90% da dívida manifestem a adesão formal aos termos do acordo concluído ontem.

A negociação com os bancos, porém, prevê pagamentos antes deste prazo. Isto acontecerá, por

exemplo, para a parcela dos juros devida este ano e ainda não paga. O governo pagava somente 30% dos juros e se comprometeu a aumentar a parcela de pagamento para 50%. A metade desta diferença será desembolsada dez dias após a aprovação do acordo pelo Senado e o restante na data da assinatura do acordo, no início do próximo ano.

Reabertura

O acordo prevê a possibilidade de as negociações serem reabertas se, ao final do período de adesão, o governo brasileiro constatar que houve um desequilíbrio entre as opções pelos banqueiros. O governo apresentou um "menu de opções" contemplando sete instrumentos de adesão, três deles com a garantia de pagamento, porque contemplam a redução da dívida, seja pelo desconto de 35% ou por uma menor taxa de juros.

Estas garantias, no valor inicial estimado em US\$ 3,2 bilhões, serão constituídas a partir de desembolsos do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano e das reservas brasileiras. O Brasil vai sacar parcela adicional das reservas para constituir depósitos em favor dos bancos credores como garantia ao pagamento dos juros. O ministro insistiu que o acordo foi favorável ao País porque propiciou a redução do estoque e do serviço da dívida, além de alongar o perfil do endividamento brasileiro, já que a maior parte da dívida será paga no prazo de 30 anos.